

RESISTÊNCIA CAMPONESA NO “BICO DO PAPAGAIO”: NA REVISTA “VOZ DO NORTE” (1983-1986)

RESISTENCIA CAMPESINA EN “BICO DO PAPAGAIO”: EN LA REVISTA *VOZ DO NORTE* (1983-1986)

PEASANT RESISTANCE IN “BICO DO PAPAGAIO”: IN THE *VOZ DO NORTE* MAGAZINE (1983-1986)

CAIXETA, VERA

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

E-mail: vera.caixeta@ufnt.edu.br

GABARRÃO-SILVA, LUCIANO ALVES

Mestrado em História, bacharel e licenciado em História. Professor efetivo da Seduc-TO.

E-mail: lucianogababarrao7@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata da resistência camponesa frente a expansão capitalista ocorrida no extremo norte de Goiás, atualmente região norte do estado do Tocantins, a partir dos textos e imagens publicados pelos padres e agentes da CPT (Comissão da Pastoral da Terra) na revista “Voz do Norte” (1983-1986), da diocese de Tocantinópolis. Para a análise foram utilizados os referenciais teóricos da decolonialidade e a metodologia da análise das imagens. Nossa preocupação esteve centrada na crítica a epistemologia eurocêntrica que apaga as especificidades dos sujeitos locais, os camponeses, os agentes da CPT, as lideranças religiosas, entre outras. Compreendemos a partir do Paulo Knauss (2006) que o delineamento do campo de estudos da “cultura visual”, revela os vínculos entre narrativas visuais, a produção de sentidos e os processos de disputas sociais, já que as imagens são vistas como agentes ativos de mobilização e de ação política, pois os seus sentidos estão sempre em disputas. Por fim, esta pesquisa tratou de garantir visibilidade aos sujeitos sociais que resistem, que se organizam em instâncias sociais de mobilização e reivindicação camponesas no “Bico do Papagaio”, durante a ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos agrários; Bico do Papagaio; *Voz do Norte* (1983-1985); resistência camponesa; visualidades.

RESUMEN

Este artículo trata sobre la resistencia campesina a la expansión capitalista en el extremo norte de Goiás, actual región norte del estado de Tocantins, a partir de textos e imágenes publicados por sacerdotes y agentes de la CPT (Comisión Pastoral de la Tierra) en la revista *Voz do Norte* (1983-1986), de la diócesis de Tocantinópolis. Para el análisis se utilizaron los marcos teóricos de la decolonialidad y la metodología del análisis de imágenes. Nuestra preocupación se centró en criticar la epistemología eurocéntrica que borra las especificidades de los sujetos locales, campesinos, agentes del CPT, líderes religiosos, entre otros. Entendemos desde Paulo Knauss (2006) que la delimitación del campo de estudios de la “cultura visual” revela los vínculos entre las narrativas visuales, la producción de significados y los procesos de disputas sociales, ya que las imágenes son vistas como agentes activos de movilización y acción política, pues sus significados están siempre en disputa. Finalmente, esta investigación buscó garantizar visibilidad a los sujetos sociales que resisten, que se organizan en instancias sociales de movilización y demandas campesinas en “Bico do Papagaio”, durante la dictadura militar brasileña (1964-1985).

PALABRAS CLAVES: Conflictos agrarios, pico de loro, voz del Norte (1983-1985), Resistencia campesina, visualidades

ABSTRACT

This article deals with peasant resistance to capitalist expansion in the far north of Goiás, currently the northern region of the state of Tocantins, based on texts and images published by priests and agents of the CPT (Comissão da Pastoral da Terra) in the *Voz do Norte* magazine (1983-1986), of the Tocantinópolis diocese. The theoretical frameworks of decoloniality and the methodology of image analysis were used for the analysis. Our concern was centered on criticizing the Eurocentric epistemology that erases the specificities of local subjects, peasants, CPT agents, religious leaders, among others. We understand from Paulo Knauss (2006) that the delineation of the field of studies of “visual culture” reveals the links between visual narratives, the production of meanings and the processes of social disputes, since images are seen as active agents of mobilization and political action, since their meanings are always in dispute. Finally, this research sought to guarantee visibility to social subjects who resist, who organize themselves in social instances of peasant mobilization and demands in “Bico do Papagaio”, during the Brazilian Military dictatorship (1964-1985).

KEYWORDS: Agrarian conflicts, Bico do Papagaio, Voz do Norte (1983-1985), peasant resistance, visualities.



INTRODUÇÃO

Este texto trata da resistência camponesa presente na Revista “Voz do Norte” (1983-1986), a partir da perspectiva decolonialⁱ. Essa perspectiva teórica contribui para romper com os silêncios e tornar audíveis e visíveis os sujeitos subalternizados, sem ter a pretensão de ser “porta-voz do outro, mas se engajar efetivamente na subversão das estruturas de subalternização que mantêm populações inteiras emudecidas” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.72). Exemplar nesse sentido, de violência praticada contra os camponeses, são as narrativas presentes na revista:

No dia 29 de janeiro de 1983; lavradores das áreas de Tamboril, Curiti e Taboca, município de Nazaré (GO), foram violentamente despejados de suas posses. Foi o quarto despejo destas mesmas famílias no período de um ano. Os processos judiciais estão sendo desrespeitados, pois famílias que não estão incluídas neles sofrem, igualmente, despejos, espancamentos e ameaças de morte. Casas são queimadas, mantimentos jogados ao relento e estragados pela chuva e pelo sol. Mulheres, crianças e homens são proibidos de colher suas roças e até mesmo de andar por seus caminhos costumeiros. A fome, a falta de moradia e as doenças criam nas famílias despejadas o desespero e uma terrível angústia diante do futuro. (VOZ DO NORTE, 1983, p.13).

Certamente, os conflitos agrários na região conhecida como “Bico do Papagaio”, extremo norte de Goiás, estão relacionados com a expansão do capitalismo predatório na região. Nesse processo, a posse tradicional das terras é desrespeitada. De certo, a questão da expropriação das terras faz parte da história do Brasil. Trata-se, portanto, de uma temática que tem sido objeto de estudo por diferentes áreas do saber acadêmico. Porém, a região do norte de Goiás, atual Tocantins (Constituição Federal de 1988), ainda não foi devidamente analisada a partir da “Voz do Norte” e da perspectiva teórica decolonial. Como se sabe, a região, a partir das décadas de 1960/1970 foi porta de entrada para a Amazônia Legal constituindo-se num território de resistência dos moradores locais *versus* os grileirosⁱⁱ e fazendeiros que chegavam. O chamado “Bico do Papagaio”:

Encontra-se na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica; os Rios Tocantins e Araguaia. Vastas extensões de terra adequadas para a agricultura e a pecuária são partes da riqueza do Estado, a disputa pela posse dessa terra, porém, é a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros. Na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins, o problema é explosivo, com frequentes emboscadas e mortes (CUNHA, SILVA, 2012, p.05).

Historicamente, as cidades do antigo norte de Goiás, formaram-se em torno dos garimpos ou às margens dos rios, como entrepostos comerciais com o norte e nordeste para onde eram exportadas as mercadorias produzidas na região. Os povoados se formaram a partir das ondas migratórias, especialmente de paraenses e de nordestinos, que, ao se utilizar das vias dos rios e das trilhas das boiadas adentraram para o interior, chegando ao que viria a ser chamado de “Bico do Papagaio”, nos séculos XVIII e XIX. Já no século XX, a migração foi patrocinada pelos programas de incentivo do governo federal, na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945)ⁱⁱⁱ, ocorreu a chamada Marcha para o Oeste e no governo Juscelino Kubistcheck (1956 - 1961) a construção da Belém Brasília. O impacto se ampliou quando a “ocupação” tornou-se um projeto dos governos militares (1964-1985).

Se a região do antigo norte até o fim da década de 1950 permaneceu fora do circuito econômico do Sul, com a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1960, torna-se ponto integrador da Amazônia com a região sul. Firma-se como ‘Portal da Amazônia’, onde se entrelaçam riquezas e espaço aberto para investimento capitalista com retorno garantido via extração da madeira, minério e subsídio estatal do governo militar. Trata-se de um espaço privilegiado para o grande capital, aliado dos militares, que adotaram o



discurso desenvolvimentista pela junção da política de segurança nacional com crescimento econômico, com base na produção agroexportadora (LIMA, SOUZA, 2018, p.196).

Durante a ditadura militar (1964-1985) o direito à terra no “Bico do Papagaio” passou a ser um problema, já que o governo brasileiro resolveu “ocupar” a região amazônica. Vista como “espaço vazio” e através dos discursos da manutenção da “soberania, segurança e desenvolvimento exigiam que, nas palavras do governo, essa ‘terra sem povo’ fosse entregue ao “povo sem-terra” (LE BRETON, 2000, p.17). Porém, como ressaltam Eroilson Lima e Adelma Souza (2018, p. 196) a propaganda dos governos militares das “terras livres” da região amazônica para a colonização, ao mesmo tempo em que atraiu imigrantes, acabou entregando o projeto de colonização para grupos econômicos ligados ao capital nacional e internacional. Para isso, eles contaram com financiamento através do BASA- Banco da Amazônia e da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Anteriormente, o PIN – Plano de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei 1.106, em 16 de junho de 1970, previa recursos subsidiados e incentivos fiscais para as empresas que investissem na região. Além do incentivo estatal, contou também com a consolidação logística através do asfaltamento da Belém-Brasília e da convivência do judiciário. Como denuncia a Revista “Voz do Norte” (1983,v.1, p.15):

Estes fatos revelam a crescente desorganização e omissão jurídicas, como ainda o desrespeito às leis constitucionais do país. Tudo isto vem permitindo o alastramento da violência policial no campo, ampla liberdade de ação de pistoleiros pagos por grileiros que, gananciosamente, aumentam seus latifúndios às custas de muitas vidas humanas. A perpetuação destes graves conflitos na posse e uso da terra é de responsabilidade do Governo representado por seus diversos órgãos oficiais, especialmente, O GETAT e o ministério extraordinário para assuntos fundiários. Estes acontecimentos confirmam o que estudiosos já disseram: está havendo profunda militarização das questões fundiárias, que assegura a penetração de grande capital nacional e estrangeiro no campo, e estrangula o direito de todo lavrador permanecer, trabalhar e usufruir da terra.

A expansão capitalista na região parte de uma concepção predatória da natureza, desconsidera a presença dos povos originários, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, camponeses e demais grupos sociais que dependem das terras e das águas para a sua sobrevivência. Portanto, o projeto dos militares para a região passa pela lógica desenvolvimentista e colonizadora, com o *slogan* “integrar para não entregar”, dentro da perspectiva da segurança nacional. O governo enaltece, através das suas peças publicitárias, as vantagens desse território repleto de riquezas naturais pronta para ser explorada. Essa integração proporcionada pela construção de rodovias e os incentivos governamentais atraem capitalistas (LIMA, SOUZA, 2018, p.199). Assim, a chegada do capital, como ressaltam os autores, foi “rápida, maciça e violenta”. Com “Levas de posseiros, peões, gatos^{iv}, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos, etc.” (ARAÚJO, 2011, p.75).

Não há neutralidade nos discursos e nas práticas dos governos militares para a Amazônia. Ao contrário, eles revelam uma orientação, a partir da perspectiva eurocêntrica, autoritária e capitalista. Eles visibilizam a região para sublinhar suas potencialidades naturais e para subalternizar os povos ali existentes. Como o “Bico do Papagaio” é cortado pela Belém-Brasília e pela Transamazônica foi muito impactado por essa política de “ocupação” territorial propagada e financiada pelos governos militares. Pois, com a propaganda e generosos incentivos fiscais e financiamentos a região atraiu especuladores de todos os tipos: “advogados, médicos, arquitetos, juízes, e até fazendeiros – todos querendo pôr as mãos no máximo de terras possível” (LE BRETON, 2000, p.19). Porém, toda essa ocupação não se faria sem a resistência camponesa, assim, “as listas dos mercados para morrer”, as ameaças, os atentados, o sangue derramando na terra, as casas e plantações em chamas, são retratos das estratégias de violência implementadas na região.

Além de corromper policiais de justiça até o limite do possível, eles passaram a contratar pistoleiros profissionais e a selecionar seus alvos com um cuidado muito maior: líderes sindicais, advogados, membros da CPT – qualquer um que estivesse efetivamente apoiando os agricultores entrava na mira. Publicavam listas de homens e mulheres marcados para morrer, citando preço por cabeça, e assegurando-se de que suas vítimas viessem a saber disso (LE BRETON, 2000, p.19).



Como as terras, em muitos casos, já estavam ocupadas, pelos antigos posseiros, “o pistoleiro” era o responsável pela limpeza da “área” para o capitalista. Otávio Ianni (1979) recorre ao documento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, para explicitar “o drama” que se inicia com a chegada do latifúndio:

Os posseiros ali residem e produzem há muito tempo, mas não têm título da terra. Começam os despejos ou ameaças de despejos. As grandes firmas [...] contratam capangas, queimam casas, destroem construções com trator, quebram cercas, destroem construções, botam fogo nas roças dos posseiros, ameaçam ou chegam mesmo a prender os posseiros que procuram defender sua posse (IANI, 1979, p.146).

No “Bico do Papagaio” o conflito e a violência assumem contornos que levam a região a ocupar espaços na imprensa nacional e internacional, na década de 1980. Parece que não havia outra alternativa para os camponeses, senão se organizar para lutar contra um projeto de usurpação de suas terras. Como ressalta José de Souza Martins (2007) geralmente, o primeiro contato de uma família camponesa com as instituições do Estado brasileiro ocorria justamente no momento de retiradas de direitos: “A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito de direito, a justiça o faz para desconhecer e suprimir os direitos que a tradição lhe disse que tinha” (MARTINS, 2007, p. 676). Para Chiavenato, o que temos na região é a luta de classes, de um lado as forças capitalistas patrocinadas pelo Estado brasileiro *versus* os camponeses organizados através da CPT e as diversas associações e sindicatos da região. Segundo Aldighieri:

O aparelho estatal a serviço do capital, na consolidação do latifúndio, concatenou fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios, juizes na repressão dos trabalhadores rurais e das organizações de sua defesa como padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vítimas de perseguições, torturas e ameaças de morte (ALDIGHERI, 1993, p.114)

De fato, parte da Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) são as principais instituições a favor dos camponeses e contra o processo de grilagem de terra na região. Em relatório da Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) de 1980, intitulado “a igreja e os problemas da terra”, ela condena as políticas governamentais para o campo e denuncia a políticas de incentivos fiscais para a região (SOARES, 2009). Trata-se de uma Igreja Católica que se unifica enquanto instituição religiosa, mas que é extremamente multifacetada em termos teológicos. Alguns bispos, padres, freiras, frades, junto com lideranças leigas da ampla região Araguaia/Tocantins aderiram e fortaleceram a Teologia da Libertação, atuando, principalmente, na Comissão Pastoral da Terra, nas Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, nos Sindicatos Rurais e nas Associações (Revista Voz do Norte, 1983), enquanto outra parte continuava conservadora. Mas, por que a Revista “Voz do Norte” foi fundada? Quais temas e assuntos eram divulgados e por quê? Quais intenções estratégicas fundamentam a divulgação das violências cometidas na região do Bico do Papagaio?

REVISTA “VOZ DO NORTE”: COMUNICAÇÃO & DENÚNCIA

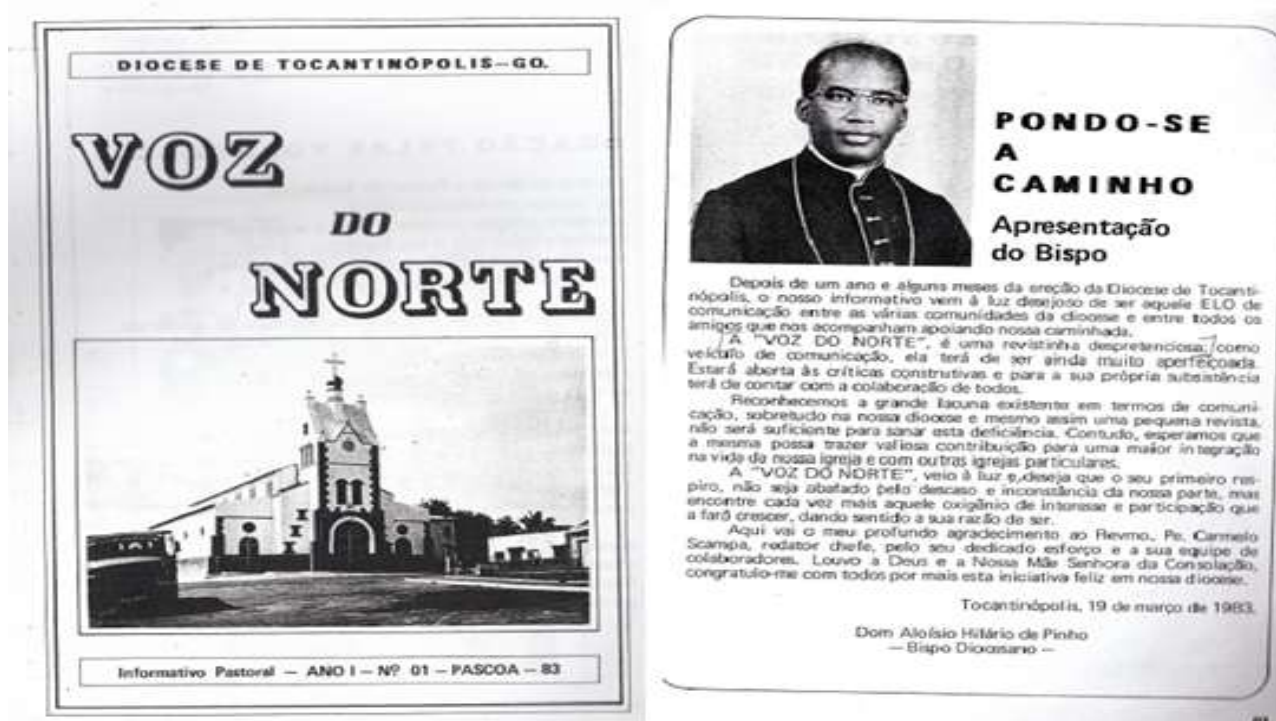
A Revista “Voz do Norte” pode ser incluída entre a imprensa alternativa, um periódico que carrega as marcas institucionais de quem a produz e distribui: a diocese de Tocantinópolis. Esse lugar institucional está inscrito nas páginas do periódico, porém, ele revela muito mais do que deseja. É possível ver ali as disputas, os conflitos existentes na instituição naquele momento. Porém, estão também presentes os sujeitos sociais específicos de um tempo e lugar, a saber, os camponeses, os padres, as freiras, os grileiros, os posseiros, os capatazes, os policiais, as mulheres, ou seja, são sujeitos e experiências do “Bico do Papagaio”. De fato, é possível ver nas suas páginas algo da cultura local, com seus viveres, fazeres, crenças e conflitos, formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo, seus dramas e suas estratégias de resistências.

De acordo com Tânia de Luca (2015), a imprensa alternativa interiorana foi de fundamental importância durante a ditadura militar brasileira. Ela trazia elementos e notícias de aspecto mais regionais e também não faltava informação do contexto nacional e internacional. Em suas pautas havia muitas críticas ao modelo presente e de como as situações eram impostas, já que elas: “Trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência” (LUCA, 2015, p. 113).



A Voz do Norte, ocupa, portanto, importante papel de denúncia na Amazônia legal, pois ela se opôs a política vigente no cenário nacional, ao dar visibilidade as arbitrariedades do poder público, e o enfrentamento aos latifundiários. A resistência era divulgada: “numa linha contestadora à ordem estabelecida e reivindicativa de mudanças, também desempenhou papel importante enquanto meio alternativo de informação” (PERUZZO, 2008, p. 4). Enfim, os periódicos alternativos na Amazônia carregam propostas de uma transformação na esfera política, social e religiosa: “além de contribuir com discussões sobre os grandes temas do país, como por exemplo a reforma agrária. Temáticas custosas demais para serem pautadas pelas mídias oficiais” (AMORIN *et al.* 2015, p. 8).

Figura 1: CAPA E PÁGINA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA Voz do Norte 1983



Fonte: (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.01, 1983)

A revista “Voz do Norte”, é apresentada como Informativo Pastoral da Diocese de Tocantinópolis-GO, criada em 1983 circulou até 1986. Ela foi fundada com o objetivo de ser um instrumento de comunicação na diocese, numa época de intensa articulação entre fé e política e de muita violência na região. Encontram-se no periódico, as orientações e reflexões sobre as ações religiosas católicas, além das ações da resistência camponesa. No total, são 30 volumes que contém artigos enviados pela Comissão Pastoral da Terra- CPT, assinados por padres, leigos e por bispos das várias dioceses do Araguaia/Tocantins.

Não havia uma capa padrão. Trata-se de um periódico bimestral, simples, com impressão em papel A4, dobrado. Porém, uma imagem recorrente na capa é a da igreja matriz Nossa Senhora da Consolação de Tocantinópolis, iniciada pelo padre João de Souza Lima (1869-1947) na década de 1930, na sede do município. A capa apresenta algumas alterações tipográficas e uma imagem na parte de baixo da página. O uso da imagem busca uma associação imediata com o conteúdo publicado, ou seja, trata-se de um periódico católico, relacionado a diocese de Tocantinópolis. A impressão da revista era feita pela Universidade Católica de Goiás, na Divisão Gráfica e Editorial, na cidade de Goiânia - GO. Não há registro de quantas tiragem eram impressas e nem quem financiava as edições bimestrais do periódico.

A capa da Revista “Voz do Norte” traz a fotografia da Igreja de Nossa Senhora da Consolação de Tocantinópolis e, a segunda folha, a fotografia do bispo da diocese: Dom Aloísio Hilário de Pinho^v. A foto está numa parte privilegiada da folha, acima e a esquerda e, logo abaixo diz que ela tem por objetivo ser: “um ELO de comunicação entre as várias comunidades da diocese” (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.01, 1983, p.01). O bispo, ressalta a importância desse útil e necessário meio de comunicação que será aprimorado a partir da colaboração de todos. Espera-se que ela seja uma Voz



potente e agradece o esforço da equipe de colaboradores por essa feliz iniciativa (VOZ DO NORTE, ano 01, n.01, 1983, p.01).

Historicamente, em 1858 a vila de Boa Vista foi elevada a cidade e a capela a paróquia. Esta será a única paróquia existente em todo o extremo norte de Goiás nos próximos 90 anos. Entre 1897-1947, seu único pároco foi o famoso cônego João de Souza Lima, padre, coronel e político local. No início da república, o nome da cidade foi alterado para Tocantinópolis, devido a sua proximidade com o rio Tocantins. Com a morte do padre João (1947), o bispo de Porto Nacional Dom Alano D'Noday convidou a congregação da Pequena Obra da Divina Providência, fundada na Itália por Dom Orione (hoje São Luís Orione) para ocupar todo o espaço da paróquia de Nossa Senhora da Consolação (1952), em 1954, ela foi elevada a Prelazia^{vi} e em 1980, a diocese de Tocantinópolis (CAIXETA, 2014).

Dom Aloísio é do interior de Minas Gerais e assumiu a nova Diocese. Ele reconheceu a necessidade da revista, justificada a sua criação em nome de uma maior integração com os católicos da região, uma forma de vencer as distâncias inclusive, entre as várias facetas ideológicas da Igreja Católica. No mosaico de imagens, estão presentes a chamada “opção preferencial pelos pobres”, compromisso ético e político assumido pela igreja Latino-americana.

Figura 2: Mosaico: As Visualidades da Pobreza e da Violência na Revista “Voz do Norte” (1983 – 1986)



As visualidades presentes na Revista “Voz do Norte” são reveladoras da articulação entre textos imagéticos e verbais. As imagens são importantes ferramentas para revelar e denunciar a realidade da violência, da pobreza, mas também da resignação e da esperança dos pobres. Como fontes históricas, as imagens nos permitem elaborar outras versões do passado, arrancando-as da homogeneidade de sentidos e abrindo-as para a riqueza das novas interpretações, a partir delas é possível, portanto, pensar e imaginar novos significados, pois a leitura de uma imagem nunca é óbvia, não está dada.

Paul Ricoeur (2007, p.176), nos ensina que o documento de arquivo, não têm um destinatário específico, ele aguarda ser interrogado: “Ele é procurado e encontrado [...] constituído, instituído documento pelo questionamento” (Ricoeur, 2007, p.189). No mesmo sentido, uma imagem só se completa a partir do olhar do receptor, pois é nessa interação que a imagem significa, portanto, é no diálogo entre a obra e o receptor que a significação acontece. Assim, a imagem está sempre aberta a novas possibilidades de significação, pois só é possível enxergar parte do que é apresentado. Novas

perguntas alicerçadas em novos pressupostos teóricos/metodológicos e por novos sujeitos sociais permitem ver novos elementos presentes nas mesmas imagens!

As visualidades presentes na Revista “Voz do Norte” disputam os sentidos propagados pelos discursos hegemônicos. Elas revelavam a violação dos direitos dos camponeses e a luta incansável de parte da Igreja Católica na defesa da terra, como direito fundamental dos povos que ali vivem. Camponeses pobres, com suas famílias, casas simples, criança em prantos e o camponês escorado na sua enchada mas, provavelmente essas fotografias não foram tiradas na região, apenas incluída na “revistinha” para ilustrar o conteúdo, para retratar as condições de precarização da vida no sistema capitalista, inclusive com a presença do Estado no patrocínio da violência e da morte dos camponeses. Percebe-se aí que não dá para olhar para a imagem como consumidor! Elas propagam e disputam os sentidos, no caso, duas outras imagens, elas tratam da esperança, do “Povo de Deus” sendo conduzido rumo à libertação, pela Igreja Católica, a partir da sua “opção preferencial pelos pobres”^{vii}.

A igreja da denúncia, portanto, foi a Igreja de um grupo de pessoas engajadas com a causa camponesa que davam voz a quem não tinha e, pelos escritos e pela prática, chamavam a atenção do país sob a tragédia que se abatia sob o Araguaia- Tocantins tendo como vítima milhares de camponeses pobres, e como agente da violência, o capital expropriador (SILVA, 2011, p.94).

Parte da Igreja Católica, na região, assume o compromisso de fazer a denúncia das violências praticadas e ao mesmo tempo, ela reforça a sua teologia, capaz de apontar um caminho alternativo para o capitalismo explorador e predatório. Ricardo Kotscho (1982) ressalta o papel do bispo espanhol Pedro Casaldáliga, de São Felix do Araguaia, na denúncia das atrocidades que ocorrem na região, na década de 1970. Em sua carta “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” toma posição em relação à ocupação e aos perigos advindo da violência física e da questão social na região. A carta do bispo Casaldáliga teve grande repercussão, “pois se tratava da primeira denúncia contra ação predatória e antissocial das grandes companhias financiadas pelo governo na Amazônia” (KOTSCHO, 1982, p. 21).

De certo, a historiografia ainda não considerou a enorme influência do Dom Pedro Casaldáliga sobre os bispos do “Bico do Papagaio” e seu engajamento na luta contra a ditadura militar (1964-1985). Não por acaso, a revista “Voz do Norte”, em várias passagens assume a perspectiva da Teologia da Libertação e da necessidade de fortalecimento das diversas ações das CEBs, divulgando seus encontros regionais e sua análise da conjuntura, realizada a partir do método VER-JULGAR-AGIR. Mas, ao mesmo tempo, a “Voz do Norte” revela que parte da Igreja Católica no “Bico do Papagaio” não se alinha com a perspectiva teológica libertadora e, ao contrário, continua na defesa de uma ação pastoral eurocêntrica, principalmente em conciliação com o capitalismo dependente, a exemplo dos textos que ressaltam a relevância das associações leigas de mulheres, dos Concílios Eucarísticos e dos Encontros de Casais com Cristo. Lustrosa (1977) ao ressaltar a influência da CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - que se volta para os camponeses das zonas rurais já havia identificado essa não adesão por parte de toda a Igreja a Teologia da Libertação. Em suas palavras: “A Igreja não é um bloco monolítico. Houve reações violentas por parte de leigos e bispos conservadores, e grandes marchas foram realizadas em protesto contra o envolvimento da Igreja na mudança de estrutura” (LUSTOSA, 1977, p.70).

Dom Elder Câmara, em 1952 fundou a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1960, ela era constituída por Dom Elder e outros bispos progressistas do Nordeste e um pequeno número de padres e leigos engajados, preocupados em garantir a área de influência do catolicismo no Brasil. A maior expansão dessa atuação “preferencial pelos pobres” se deu após a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968). Assim, pode-se dizer que a Teologia da Libertação surgiu como resposta às condições de subalternização enfrentadas por muitos grupos sociais na América Latina, buscando promover uma leitura crítica do Evangelho e uma atuação engajada na transformação da realidade em prol da justiça e da dignidade humana (KRETZER; OTTO, 2009). Essa teologia libertária ajudou na formação de lideranças locais, no “Bico do Papagaio” que lutaram por seus direitos e denunciaram as violências sofridas pelos povos do campo em plena época da ditadura militar no Brasil.

“O BÁRBARO ASSASSINATO DE RUFINO”

Como se sabe, o capitalismo desenvolve uma relação predatória com a natureza e com os sujeitos sociais. Esse sistema, na sua marcha colonizadora, desconsidera a presença dos povos originários, indígenas, quilombolas, ribeirinhos,



Fonte: (VOZ DO NORTE. Ano 1 n 1, 1983 p. 13-15).

Diante do assassinato de Rufino, a CPT vem a público fazer a denúncia do terror vivido na região Araguaia-Tocantins:

[...]

Enquanto hoje a igreja proclama "fraternidade, sim, Violência, não", os trabalhadores se vêm massacrados de todas as maneiras e privado do mínimo direito de sobreviver. As custas disto, uma minoria dominante exacerba seus poderes e privilégios.

(Ass.) Pe. Ricardo Rezende Figueira – Coordenador da CPT Regional; Fr. Domingos dos Santos – secretário da CPT Regional; Pe. Josimo Morais Tavares – Coordenador da CPT da Diocese de Tocantinópolis. (VOZ DO NORTE: Informativo Pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano 1 n 1.1983 p. 13-15).

O texto narra de forma detalhada o fato do assassinato do Jovem Rufino de 23 anos, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 1983 e denuncia a situação de extrema violência no campo e com respaldo do poder público. O assassinato de Rufino é a representação dessa aliança entre os interesses dos capitalistas com as forças policiais do Estado autoritário. A participação do Estado ocorre em diversas situações como no aparelhamento da força estatal para servir aos interesses dos grandes proprietários, como a que aconteceu com o Guardiano, Nelson e João Alexandre (Paraibano): “As atitudes repressivas de policiais aquecem mais ainda o clima de tensão e medo nos povoados e sertões, introduzindo nas famílias a insegurança e o terror”. (A VOZ DO NORTE: ano 1 n 1.1983 p. 14). Ação truculenta dos policiais que resultou no assassinato do jovem Rufino, patrocinada pelo Estado brasileiro.

Parece haver uma naturalização da violência na relação entre proprietários de terra, poder público e camponeses, com base em uma lógica de dominação colonial que permeou a formação social brasileira. A noção de propriedade privada é central nessa lógica, uma vez que a apropriação das terras pelos proprietários se deu por meio de processos violentos e de exclusão da população que vivia e trabalhava nelas. A presença de pistoleiros e da polícia para defender interesses privados é uma expressão da continuidade dessa lógica, que privilegia a manutenção da ordem social baseada na expropriação dos meios de produção das mãos dos camponeses, apesar e por conta de ela ser central para a manutenção do seu modo de vida. Ademais, historicamente, as tentativas de resistência dos camponeses são recebidas com violência e repressão, o que evidencia o controle das instituições públicas pelos interesses da burguesia, essas instituições ajudam na manutenção das condições de exploração e opressão que beneficiam uma minoria privilegiada.

Os que cometem tais violência são justamente ilustres figuras da República, através de uma cadeia de interesses e de relações que vai do senador, do deputado, do ministro, até o oficial, ao juiz, ao delegado de polícia, ao policial, ao soldado, ao oficial de justiça, ao jagunço, ao pistoleiro profissional. Um retrato de banditismo acobertado por um invernal aparato de poder e pela certeza da impunidade (KOTSCHO, 1982, p. 48).

Para Ricardo Kotscho (1982) agentes públicos assumem um papel de instigador do conflito, em que suas ações são em favor das elites, impondo as barbaridades e opressões contra os interesses dos camponeses. Porém, só ganha visibilidade, “vozes dos mortos” quando tais camponeses ou agentes de movimentos sociais tornam-se vítimas fatias, nesse sentido, “a sociedade só se manifesta cobrando cuidados quando as vítimas tombam na luta” (FERRAZ, 2000, p.80). Certamente, a criação da CPT, em 1975, provocou mudanças nas atitudes dos camponeses: “Eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostram um conhecimento de legislação que não possuíam antes” (FERRAZ, 2000, p. 92). É, portanto, na década de 1980 que: “A igreja e as estruturas sindicais atingiam, então, o auge do prestígio junto às instâncias oficiais” (FERRAZ, 2000). Mesmo assim, as organizações sociais e as denúncias não reduzem a marcha macabra do capital na região do “Bico do Papagaio”.

FINALIZANDO

A partir da Revista “Voz do Norte” (1983 - 1986) foi possível ver as disputas travadas na década de 1980 pelas terras no



“Bico do Papagaio”. Nas suas páginas estão relacionados os nomes das pessoas, autoridades e instituições envolvidas com a desocupação da região, como está registrado no volume 8/9 da Voz do Norte: “Autores dessa situação tem sido os Grileiros, juízes de direito, oficial de justiça, pistoleiros, polícia militar e federal, GETAT e políticos, além dos pequenos comerciantes e proprietários de terras”. A militarização na região é denunciada porque ela é contrária aos interesses dos camponeses. Assim: “Lideranças da região e agentes da CPT estão ameaçadas constantemente de morte. A Polícia Federal (PF), em convivência com o GETAT e Polícia Militar (PM), sequestraram catorze lavradores, enquanto dois foram trancados na prisão” (VOZ DO NORTE, ano 2, n 8-9, 1984, p.01). Geralmente, quem assina os documentos/denúncias são os bispos e as lideranças dos movimentos sociais locais, como os da CPT.

A linguagem utilizada na revista é de denúncia. Pois, é em nome do “progresso”, da “Integração Nacional”, que o governo ditatorial atualiza o que já havia iniciado com a chamada “Marcha para o Oeste”, no primeiro governo Vargas (1930 - 1945), a distribuição de incentivos para o povoamento da região Centro-Oeste do Brasil. Este processo foi intensificado com a construção da rodovia Belém - Brasília (1960 - 1980). A ideologia desenvolvimentista justifica a integração nacional pela incorporação das terras da Amazônia Legal ao mercado^{viii}. Logo, por meio da perspectiva da Segurança Nacional é que se vende a ideia de segurança interna e externa. Nesse sentido, em nome da “proteção” da Amazônia faz-se avançar o “desenvolvimento” mesmo à custa das vidas ceifadas, do crescimento do número de pessoas expulsas das suas terras, da precarização da vida camponesa e da morte. Ademais, a intervenção política/jurídica/militar sobre a região tem por objetivo a apropriação da terra e das águas, por meio de ações econômicas e governamentais. Percebe-se, assim que “os conflitos agrários” são fruto de uma estratégia de ocupação pensada pelo Governo ditatorial, em consonância com a expansão capitalista na qual os camponeses resistem porque precisam garantir o seu sustento e o “seu modo de vida e colocava em crise sua sociabilidade, seus costumes e hábitos” (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

Nossa intenção foi a de ouvir as vozes sussurradas, abafadas, gritadas, choradas, denunciadas, silenciadas e invisibilizadas, enfim, memórias fraturadas, vidas interrompidas em nome da ocupação predatória capitalista na região do “Bico do Papagaio”, durante a ditadura militar brasileira. Porém, a utilização de uma proposta de leitura dos “conflitos agrários” presentes no periódico A Voz do Norte, a partir da lente teórica da decolonialidade, implicou na opção pela resistência camponesa, ou seja, no compromisso ético e político da escrita da história por meio das vozes silenciadas; na desconstrução da narrativa colonial hegemônica, enfim, implicou substituí-la por uma visão contada e reescrita na perspectiva dos sujeitos camponeses, um compromisso de visitar o passado para construir uma crítica que coloca em questão a versão do colonizador para descolonizar o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALDIGHERI, Mário. **Josimo**: a terra, a vida. São Paulo: Loyola, 1993.

AMORIN, R. T. C.; FARIAS, M. S.; MELO, J. P. A Imprensa Sindical alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia - Uma contra-hegemonia deflagrada com a ditadura militar de 1964. **Lumina**, Vol.9, nº2, dezembro 2015. ISSN 1981-4070.

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. Estado e Migrações Internas: Um Programa “Antirreforma Agrária” no Centro-Oeste. **Revista Espaço Livre**, v. 14, n. 28, jul-dez. 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon; MALDONADO-TORRES, Nelson. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon; MALDONADO-TORRES, Nelson (Orgs). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.p.09-26.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, Frades e Intelectuais**: Leitura sobre os Sertões do Brasil Central (1882-1935). 2014. São Paulo: CRV.

CAPEL, Heloísa; FERNANDES, Gabriel; MACHADO, Tiago. **Interpretar Imagens**: Desafios para o (a) professor(a). Goiânia: Cegrae/UGF, 2023.

CRESTANI, Leandro de Araújo. OLIVEIRA, Nilton Marques de. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDEIAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

CUNHA, Valdeir Vieira da; SILVA, Aichely Rodrigues da. A Luta pela Terra no Maranhão: o caso do Bico do Papagaio. **XII**



Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FERRAZ, Sidney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio:** Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz, Maranhão: Ética Editora. 2000.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

KRETZER, Altamiro Antônio; OTTO, Clarícia. Educação e instituições religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n. 3, p. 259, jan. 2009. ISSN 1983-2859.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **Artcultura**, Uberlândia, v.8, n.12, jan-jun.2006, p.97-115.

KOTSCHO, Ricardo. **O Massacre dos Posseiros:** Conflito de terras no Araguaia - Tocantins. São Paulo: Brasiliense. 1982.

LE BRETON, Binka. **Todos Sabiam:** a morte anunciada do Padre Josimo. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Eonilson Antonio; SOUZA, Adelma Ferreira. Conflito e violência na Fronteira: um olhar sobre a luta pela terra entre posseiros e latifundiários em Jurina-TO. In: CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo; CAIXETA, Vera Lúcia; VAZ, Braz Batista (orgs.). **Tocantins: Novas Histórias.** Palmas; Nagô, 2018, p.193-216.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 – 153.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas.** N. 22, 2014, p.935-952.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Presença da Igreja no Brasil:** história e problemas (1500- 1968). São Paulo: Giro, 1977.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCWACZ, (Org.). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia:** trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, Cultura Visual, História Visual, Balanço Provisório, Propostas Cautelares. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 23, n. 45, 2003, p.11-36.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas.** Porto Alegre. V.14. n.1, p.66-80, jan/abr 2014.

MIGNOLO, Walter D . Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, nº 94, jun, 2017, p. 01-17.

_____. Desobediência epistêmica: opção decolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e identidade**, n.34, 2008, p.287-324.

MIGNOLO, Walter D. Desafios Decoloniais Hoje. **Epistemologias do Sul**, vol 1, n.1, 2017, p. 12-32.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PEREIRA, L. P. L. S. **os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio (Tocantins) na década de 1980.** 1990. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

OLIVEIRA, Maria de Fatima. Rio Tocantins: lugar de memórias e identidades. **Revista Mosaico**, v.1, n.2, p.163-168, jul./dez., 2008

QUIJANO. Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n 37, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: **Clacso**, 2005. pp. 117-142.



QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados** dossiê América Latina, 19, n.55, 2005 (b), p.9-31.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-118.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SADER, Maria Regina de Cunha Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. Tese de Doutorado em História Social: FAFLCH, USP, 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. **Seminário Internacional**, Bogotá, Colombia. 2000.

SILVA, Moisés Pereira. **Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia - Tocantins (1970-1986)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2011.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio – Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento**. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FONTES

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1983.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1984.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1985.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1986.

NOTAS

ⁱ “A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc que foram forjadas no período colonial”. Costa e Grosfoguel (2016, p.9)

ⁱⁱ Posseiros são indivíduos que ocupam as propriedades de terras que são devolutas, abandonada ou fazem parte da união e passa a cultivá-la. Grileiros são pessoas que falsificam a documentação de terras para que possam tomar posse (MYSKIW, 2002).

ⁱⁱⁱ O governo de Getúlio Vargas inicia com a revolução tenentista em 1930, foi dividido em 4 fases, a primeira em 1930-1933 (Governo Provisório); segunda em 1934- 1937 (Governo Constitucional); terceira 1937-1945 (Estado Novo) e a quarta vai de 1950-1954 conhecido como 2ª mandato (BORIS, 1996).

^{iv} Peão é um trabalhador em que suas atividades são extremamente ligadas ao campo, em que atuação está ligada a qualquer atividade no campo ou na roça. Gato são indivíduos em que contratam a mão de obra (ESTERCI, 2008).

^v Dom Aloísio nasceu em Mariana no estado de Minas Gerais, em 14 de janeiro de 1934, iniciou-se sua vida sacerdotal em 1955. Cursando a época o ensino médio no seminário da Congregação Dom Orione, graduado em Filosofia no estado do Paraná e teologia na Universidade Gregoriana em Roma – Itália (1959 - 1963) sendo ordenado padre em seguida. Em 10 de janeiro de 1982 ocorreu a posse para ser bispo da Diocese de Tocantinópolis, e em 26 de fevereiro de 2000 tornou-se bispo de Jataí. Ao completar 75 anos de vida, sendo limite para episcopado apresentou ao Papa da época Bento XVI a sua renúncia, confirmada em 16 de dezembro de 2009. Tornando Bispo emérito de Jataí, passou a morar na Fraternidade orionita de Rio Claros (SP). no dia 4 de maio de 2021 veio a falecer em decorrência de um infarto. MORRE DOM ALOÍSIO HILÁRIO DE PINHO, BISPO EMÉRITO DE JATAÍ(GO). CNBB, 2021. Disponível: <https://www.cnbb.org.br/morre-dom-aloisio-hilario-bispo-emerito-de-jatai-go/> acessado 11 de janeiro 2024.

^{vi} Prelazia é uma área que tem como objetivo atender as necessidades entorno daquele território (prelazia territorial), ou a prelazia pessoal compreende uma estrutura de indivíduos que mantém uma hierarquia, composta por fiéis e vai até o prelado, líder da ordem religiosa podendo ser bispo, arcebispos e abade (LISBOA, 2019).



^{vii} “É um período em que prevalece uma ideologia de “portavozismos”, quer dizer, os sujeitos sociais não estão configurados para se auto representar e a igreja passa a falar por eles” (ALMEIDA, 2010, p.99).

^{viii} Segundo o site Um Só Planeta (2021) Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – e parte do estado do Maranhão. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e os limites territoriais surgiram a partir da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região.

